



## **ECONOMIA SOLIDÁRIA: INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?¹**

*Noelle Marie Paule Lechat²*

Introdução: A pesquisa integra a linha do Mestrado em Desenvolvimento: Cidadania, processos democráticos e inclusão social e investiga em que medida os Empreendimentos de Economia Solidária representam uma alternativa de inclusão socioeconômica para pessoas excluídas e/ou discriminadas em função do gênero, idade, origem étnica e formação escolar. Parte-se do pressuposto que só há desenvolvimento quando o ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, são articuladas às atividades econômicas. Na economia solidária, sustentabilidade não está relacionada apenas aos aspectos econômicos, ou à eficiência econômica, mas também à eficiência social, entendida como “a reprodução das melhores condições possíveis, tanto materiais como simbólicas da vida em sociedade” (CORAGGIO 2003, p. 95). Conforme as hipóteses da pesquisa, a economia solidária introduz processos distributivos não reiterativos das desigualdades sócio-econômicas e processos favoráveis ao exercício de direitos, facilitando assim a participação cívica de categorias sociais tradicionalmente excluídas e/ou discriminadas. A partir da nova sociologia econômica (Lévesque, Bourque e Forgues, 2001; Laville, França Filho, 2004; Abramovay, 2004) e da antropologia econômica (Caillé, 2000, 2005, Godbout, 1992), que contestam a economia neoclássica que só vê o mercado e o interesse individual como reguladores das relações de produção, distribuição e consumo, precisa-se considerar a racionalidade intrinsecamente social das práticas da economia solidária. Em oposição ao economicismo inerente ao axioma do interesse, que Durkheim e Mauss chamaram de utilitarismo, Caillé, fazendo uma releitura da obra de Marcel Mauss, resgata o princípio da reciprocidade. Ele refuta a afirmação segundo a qual toda ação social teria por única explicação o interesse individual bem como não aceita uma análise que transforma toda realidade social em mercadoria. A dádiva e o processo de reciprocidade, considerados como fundamentais nas sociedades tradicionais e esquecidos pelas análises clássicas, exercem ainda um papel importante nas sociedades capitalistas. Material e métodos. Nossas bases de dados são de duas ordens. A primeira base é quantitativa e resulta das 72 perguntas respondidas por 377 empreendimentos econômicos solidários da Região Noroeste do Estado do RS, por ocasião do mapeamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária realizado por uma equipe de entrevistadores da UNIJUÍ. Esses dados serão trabalhados estatisticamente cruzando dados de natureza econômica com dados sociais e políticos. A segunda, de natureza qualitativa, resulta de uma observação etnográfica que vem acontecendo há mais de dois anos junto aos empreendimentos assessorados pela Incubadora de Economia Solidária da UNIJUÍ. Esses dados etnográficos são analisados semanalmente pela equipe da Incubadora e registrados em tombamentos. O estudo da literatura científica, sobre esta temática e outras afins, permite qualificar a reflexão sobre os dados coletados. Resultados: Laville analisa a economia como plural, pois composta por uma pluralidade de princípios do comportamento econômico tais como Polanyi já os distinguiam. A cada um desses princípios



corresponde um modelo institucional. Ao princípio da domesticidade, que consiste em produzir e armazenar para sua entidade que pode ser familiar, senhorial ou comunal, corresponde o modelo do grupo fechado. Ao da reciprocidade, que se baseia no processo de dar, receber, retribuir no qual a relação entre pessoas importa mais que a coisa dada, corresponde o modelo da simetria entre os pares. Ao da redistribuição que supõe uma autoridade política ou religiosa centralizadora corresponde o modelo institucional de redistribuição, e ao princípio do mercado que repousa sobre o equilíbrio entre oferta e demanda, corresponde o modelo da troca. Laville e França Filho (2004) expõem a tensão que os empreendimentos econômicos solidários sofrem entre essas quatro economias e as duas lógicas, uma instrumental, e a outra solidária ou substantiva. Considerando contribuições de autores como Coraggio (1999) e Razeto (1997), deve-se analisar os vetores extra-econômicos da produção material da vida. Nos empreendimentos econômicos solidários, ideais religiosos, reconhecimentos por oportunidades oferecidas, relações familiares, troca de favores, programas sociais e reciprocidades, tecem uma rede de relações sócio-políticas e econômicas de produção, redistribuição e consumo. Nenhum empreendimento pode ser analisado fora da trama das relações pessoais e coletivas que se estabeleceram, ou já existiam antes da formação do grupo. Como ganhos sociais e culturais, podemos citar a participação em fóruns, feiras e eventos, na maioria das vezes em outra cidade, o que abre a visão de mundo, dá um sentimento de pertencer a um todo maior e contribui para a formação política e profissional dos associados. As vantagens não-monetárias, como roupas e ferramentas que a associação garante, somam-se aos ganhos monetários. Essas são fundamentais, pois até agora a maioria dos empreendimentos não permitiram retiradas muito superiores ao salário mínimo, quando não inferiores, embora a fala destas pessoas pouco ressalte estes aspectos. Eles são expressos pela negativa (os outros recebem, por exemplo, cestas básicas e nós não) ou positivamente quando questionados especificamente (voltei a estudar), pois o discurso legitimado na sociedade capitalista é o do ganho monetário. Embora, observa-se, entre os membros de um mesmo empreendimento e entre empreendimentos, uma gama muito variada de condições sócio-econômica e cultural, é desta forma que os mais desfavorecidos encontram um espaço de realização pessoal, de formação, de participação cidadã e de auto-estima. Conclusão: A economia solidária evidencia a coexistência de lógicas econômicas distintas das do mercado. O êxito da inserção de pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica depende de fatores tanto econômicos e materiais como sócio-culturais e políticos. Novos indicadores de sustentabilidade socioeconômica devem ser elaborados para dar conta dessa complexa realidade.

#### REFERÊNCIA:

CORAGGIO, José Luiz. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre. Veraz Editores. 2003. p. 88-96.  
Bolsista BIC/FAPERGS

<sup>1</sup> Pesquisa institucional



<sup>2</sup> Professora, Doutora do Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado em Desenvolvimento.